Língua espanhola nas escolas brasileiras, integração e política lingüística: reflexões em torno da aprovação da Lei 11161/05

Dirce Jaeger *

No mesmo ano em que Colombo se lançava ao “mar tenebroso” para alcançar as riquezas do Novo Mundo, o gramático espanhol Antonio de Nebrija escrevia: “A língua sempre foi companheira do Império”. É dentro desta perspectiva que propomos uma releitura de alguns fatos relacionados à implantação, por lei, da língua espanhola em nosso país. Como amplia Trevisan: “Desde a elaboração do currículo até o conteúdo ministrado pelo professor, detectamos, na função da Escola, vínculos precisos com o Estado.” (1987, p. 17).

Neste artigo, não trataremos do processo colonizador levado a termo pelas expedições espanholas dos séculos XV e XVI em boa parte do continente chamado, pelos mesmos europeus, de América. Propomos, antes de mais nada, que se lance um olhar problematizador sobre o(s) significado(s) da aprovação da Lei 11161/05 que prevê a oferta obrigatória de Língua Espanhola para o Ensino Médio em toda a rede pública de ensino até 2010. Em outras palavras, cabe aqui uma desnaturalização das explicações que giram em torno daquilo que poderia chamar-se provisoriamente de mimetização da língua-espanhola-oficial-do-Mercado-Comum-do-Sul em língua-espanhola-de-oferta-obrigatória-nas-escolas-brasileiras. Tal análise implica um desafiante exercício reflexivo em meio a um diálogo com as Ciências Sociais e Políticas, a História, a Educação e a Lingüística.

O tratamento que as questões referentes à(s) língua(s) nacional(ais) e estrangeiras recebem no interior das estruturas de poder está contemplado dentro das chamadas políticas lingüísticas, as quais devem ser consideradas no marco da conjuntura econômica, histórica e ideológica em que se materializam. A política lingüística, segundo Hamel:

[...] funciona sempre como intervenção que transforma a experiência coletiva e individual de uma comunidade, experiência que se cristaliza em um complexo sistema de símbolos lingüísticos e extralingüísticos. Nesse sentido, a política lingüística forma parte da história social e lingüística de um povo. (1988, p. 44)

Portanto, o processo de desnaturalização das explicações para a introdução do estudo da língua espanhola nas escolas brasileiras no contexto de criação do Mercosul deve levar em conta o complexo de forças políticas e econômicas; de interesses locais e internacionais que promovem as mudanças curriculares das quais tratamos neste artigo.

Por que estudar espanhol nas escolas de todo o território brasileiro? A resposta cristalizada pelo senso comum não hesita em atribuir à participação do Brasil no Mercosul a razão para esta novidade no sistema educativo. Um olhar atento aos documentos oficiais de constituição do bloco regional, entretanto, revela que apenas um artigo se refere à questão lingüística, o qual sugere uma aplicação estritamente comercial/redacional para os idiomas dos Estados membros do bloco econômico: “Os

* Docente de Língua Espanhola e mestre em Lingüística pela UFAL (Universidade Federal de Alagoas)

idiomas oficiais do Mercado Comum serão o português e o espanhol e a versão oficial dos documentos de trabalho será a do idioma do país sede de cada reunião” (Tratado de Assunção, 1991, grifo nosso).¹ Enfatizamos que esta é a única menção que este importante documento de organização do Mercosul faz às línguas dos países membros. Há uma grande diferença entre língua de negócios/redação de documentos de trabalho e, por exemplo, a concepção de um Brasil bilíngüe.

Salvaguardadas as particularidades reservadas às comunidades lingüísticas de fronteira, passamos a refletir sobre os objetivos subjacentes à promoção da língua espanhola em todas as regiões brasileiras, algumas delas situadas há milhares de quilômetros das fronteiras com os vizinhos hispânicos. Não se trata de levantar dúvidas sobre a importância do estudo de línguas estrangeiras nas escolas públicas brasileiras. Propomos que se lancem novos gestos de leitura para a introdução da oferta obrigatória da língua espanhola no Brasil a partir da aprovação da Lei 11161/05. Leituras que venham a redimensionar as explicações e sentidos construídos em torno das mudanças curriculares instituídas por lei e que, como afirma Orlandi (2005), possibilitem uma relação menos ingênua com a linguagem e com os sentidos construídos e naturalizados através dela.

Entre o idioma-oficial-de-mercado e o *status* que adquire a língua espanhola a partir da lei aprovada em 2005 encontramos algumas questões das quais deveríamos nos ocupar. A primeira delas se deve ao fato de a língua espanhola aparecer novamente associada aos esforços integracionistas do Brasil com seus vizinhos, ou seja, com declarados propósitos de (re)aproximação e união, como sugerem as seqüências a seguir:

[...] a herança cultural dos povos latino-americanos e, particularmente, dos Estados Membros do Mercosul, é comum(...) da Educação depende, em grande parte, a capacidade dos povos americanos de se reencontrarem nos valores comuns e na afirmação de sua capacidade ante os desafios do mundo contemporâneo [...] ² (PROTOCOLO DE INTENÇÕES DOS MINISTROS DE EDUCAÇÃO DO MERCOSUL - 1991)

A aprendizagem do espanhol no Brasil e do português nos países de língua espanhola na América é também um meio de fortalecimento da América Latina, pois seus habitantes passam a se (re)conhecerem não só como força cultural expressiva e múltipla, mas também política [...] (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1998, p.50)

O “reencontro” a que se referem os ministros de Educação suscita algumas ponderações inalienáveis: um (re)encontro traz implícito um afastamento prévio que, em se tratando dos “povos americanos”, remete inequivocamente à ação do elemento europeu colonizador e aos moldes da ocupação do Novo Mundo. Em outras palavras, trata-se de promover a aproximação pelo mesmo elemento divisor: o europeu. À parte do paradoxo que encerra, levanta outra questão relevante: existiria um “autêntico” elemento lingüístico integrador para uma (re)aproximação dos povos vizinhos do continente americano?

¹ Tratado de Assunção, Capítulo II, Artigo 17, 26/03/1991. Disponível em: <http://www.mercosul.gov.br/tratados-e-protocolos/tratado-de-assuncao-1/>

² Disponível em: http://www.sic.inep.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=203&Itemid=32 (Acordos assinados pelos Ministros de Educação do Mercosul)

Quando nos referíamos, neste mesmo artigo, à língua espanhola “novamente associada aos esforços integracionistas” aludíamos ao fato de que, desde 1958, foram quinze as tentativas de introdução da língua espanhola no currículo escolar brasileiro, tendo sempre como pano de fundo o discurso da integração. Em 1958, Juscelino Kubitschek argumenta junto aos congressistas em favor da aprovação do PL 4606³:

Idioma [espanhol] da maioria dos países americanos cujo conhecimento, pela juventude brasileira, constituirá mais um liame com os povos do continente; [...] O maior estreitamento dos povos do continente americano reclama, no entanto, um estudo mais intenso do idioma espanhol. (MENSAGEM 337/58)

As palavras do presidente Kubitschek, embora devam ser compreendidas no marco dos “novos rumos” propostos ao Pan-Americanismo⁴, reiteram o papel unificador atribuído à língua espanhola como uma espécie de língua comum da família latino-americana; signo de identidade e unidade frente à hegemonia e ingerência dos Estados Unidos na condução dos assuntos continentais (LACERDA, 2007).

A rejeição, por parte do Congresso Nacional, da proposta encaminhada por Juscelino e de outros 13 projetos que sugeriram mudanças de *status* para a língua espanhola no currículo escolar brasileiro e a aprovação da lei 11161 de 2005 suscitam algumas questões pertinentes: que elemento novo terá desencadeado, finalmente, a aprovação por lei das reformas pretendidas há quase meio século? Terá sido tão convincente o apelo integracionista do Mercosul? As eventuais respostas levarão sempre a novas ponderações.

A língua espanhola como fator de integração com os povos vizinhos do continente encontra-se na base da formulação dos diferentes projetos de lei encaminhados ao Congresso entre 1958 e 2005. Entretanto, há diferenças significativas entre as várias propostas de integração. Uma rápida reconstituição nos permite identificar algumas destas apresentações: integração latino-americana; regional; sul-americana; pan-americana; americana; entre outras. Todas elas retomam, respeitadas as particularidades, a idéia de uma aproximação entre os “povos irmãos do continente” a partir de uma (re)construção do imaginário de “família latino-americana”.

Algumas releituras de documentos contemporâneos à apresentação e aprovação da Lei 11161/05, entretanto, desvelam a existência de uma nova modalidade de integração. Trata-se da caçula da família: a integração ibero-americana. Adjetivo que vem sorrateiramente substituindo os anteriores. Mais que um rótulo, redimensiona e reconfigura as relações e significações de língua espanhola e ensino de língua espanhola no Brasil. Extrapola, definitivamente, os limites da mesa de negociações do Mercosul e remete diretamente às relações com a Espanha, a partir de uma política (lingüística)

³ O Projeto de Lei n 4606/ 58 propunha alterações ao Decreto Lei 4244 de 9 de abril de 1942 no tocante ao aprendizado do idioma espanhol nos dois ciclos do ensino secundário. O PL se fez acompanhar da Mensagem n 337/58 do Poder Executivo, assinada pelo presidente Juscelino Kubitschek; e pela Exposição de Motivos n 745/58 do Ministro da Educação e Cultura Clóvis Salgado. (Documento apenas disponível no acervo do Congresso Nacional)

⁴ Em 1958, Juscelino Kubitschek lança a chamada “Operação Pan-americana” através da qual propunha “novos rumos” para a política Pan-americanista em marcha no continente. Segundo Lacerda, a Operação “foi lançada após a constatação da hostilidade latino-americana aos Estados Unidos, em um período em que a superpotência ocidental largara o subcontinente à própria sorte; além disso, o Brasil em particular implementava um ambiciosíssimo projeto de desenvolvimento econômico, necessitando de apoio externo para sua consecução.” (2007)

ibero-americana (DEL VALLE, 2007, p.34). Dentro desta nova modalidade de integração, presente nos discursos em torno da aprovação da lei de 2005, (re)introduz-se o elemento ibérico desde outra perspectiva. Colonizador e colonizado aparecem (re)unidos através de uma língua e identidade comuns: a comunidade ibero-americana.

Sem que nos afastemos das implicações e desdobramentos econômicos e políticos desta parceria, passaremos a considerar os efeitos desta no cerne de nossa discussão. A oferta obrigatória de Língua Espanhola nas escolas de todo o Brasil, desde a perspectiva de uma comunidade ibero-americana, passa a incorporar novos sentidos como sugerem as palavras do jornalista espanhol Juan Arias⁵:

Se, em princípio, a lei de obrigatoriedade do espanhol foi pensada sobretudo para as relações entre Brasil e Mercosul, pouco a pouco os dirigentes políticos do país viram também a importância de que o Brasil falasse espanhol para suas relações com a Europa, as quais, como afirmou o ministro de Educação, Tarso Genro, do Partido dos Trabalhadores, “passam necessariamente pela Espanha”. (2005)

O conjunto das reflexões realizadas até aqui sugere, entre outras coisas, que a aprovação da Lei 11161/05 não se explica tão somente pelas demandas do Mercosul ou eventuais desejos de uma (re)aproximação com os vizinhos latinos. A recente introdução da oferta obrigatória da língua espanhola em todas as escolas brasileiras parece estar diretamente relacionada à atual política lingüística espanhola para o Brasil. A inclusão do Brasil no âmbito da comunidade lingüística hispânica, considerada em sua dimensão econômica, representa a adesão de potenciais 170 milhões de novos consumidores para os produtos que carreguem a marca: “espanhol” (LODARES, 2004). Espanha, segundo maior investidor no Brasil, detentora de uma poderosa indústria cultural e editorial, encontra-se em plenas condições de satisfazer as demandas deste novo segmento. A confiança espanhola neste crescimento pode ser medida pela presença do Instituto Cervantes no Brasil, que já conta com a maior concentração de centros em um só país: São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Salvador, Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte, Florianópolis e Recife. Cabe ao Cervantes, como entidade a serviço do Ministério de Assuntos Exteriores da Espanha, ajudar o governo brasileiro a atingir suas metas de implantação do espanhol nas escolas até 2010: formar ou atualizar cerca de 25 mil professores e preparar material didático para atender a demanda nacional que, em 2008, já ultrapassava os 10 milhões de estudantes (DAVIS, 2008).

Não seria possível explicar, portanto, a obrigatoriedade da oferta do idioma espanhol apenas a partir das demandas inauguradas pelo Mercosul. O entendimento passa, inevitavelmente, pelo reconhecimento da existência de uma política de integração ibero-americana, o que inclui o fortalecimento e expansão do idioma espanhol no Brasil (DEL VALLE, 2007, p.99). Idioma metaforicamente apresentado por César Antonio Molina (ex-diretor do Instituto Cervantes) como “nosso petróleo”: “É preciso extraí-lo, refiná-lo, transportá-lo e saber vendê-lo. Mas é petróleo, é nosso e dele vamos tirar o melhor partido possível.” (citado por MOIX, 2007).

Se, para certos segmentos políticos e econômicos brasileiros e estrangeiros, o idioma espanhol se converte em promissora mercadoria ou até mesmo em moeda de troca da

⁵ ARIAS, Juan. Escolas do Brasil vão oferecer curso de espanhol. *El País*, Madri, 8/07/2005 (logo após a aprovação da Lei 11161/05). Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/elpais/2005/07/08/ult581u1347.jhtm> .Acesso em: 20 mar. 2009.

dívida externa brasileira com a Espanha⁶; a Escola brasileira não deixa de ter em mãos a grande chance de agregar outros valores às mudanças oportunizadas pela Lei 11161/05.

A mesma política lingüística que re-significa econômica e simbolicamente a língua de Cervantes no cenário educacional brasileiro deixa também portas abertas para a língua de Neruda, Juanes e Galeano e cria condições inéditas para que os “vizinhos se (re)conheçam”. Se o passado colonial decretou que o Brasil viveria lingüisticamente separado de seus *hermanos*, como seres colonizados “de costas” um para o outro, os ventos da globalização parecem soprar em variadas direções. Basta saber fazer as escolhas pertinentes.

A língua espanhola, apesar de toda marca ibérica que lhe possam atribuir, deve ser vista e trabalhada como uma língua internacional, *status* já alcançado pela língua inglesa. Nesse sentido, uma vez “desterritorializada”⁷ [7], a língua espanhola estará apta a cumprir seu verdadeiro papel no currículo escolar brasileiro: ampliar as chances de crescimento pessoal, acadêmico e profissional de nossos estudantes, além de despertar o interesse destes em comunicar-se com o mundo. E aos professores de Língua Espanhola, no contexto de implantação da Lei 11161/05, deve assegurar-se o direito a uma formação adequada e permanente, compatível com as exigências de um mundo globalizado e capaz de situá-los criticamente frente às políticas lingüísticas e econômicas que, invariavelmente, atravessam a prática docente.

Referências

- BRASIL, MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais: língua estrangeira/ensino fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998, p.50.
- DAVIS, Eduardo. Língua espanhola se expande no Brasil e vale prêmio Don Quixote a Lula. In: *GI Notícias*, 11 out. 2008. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/PopArte/0,,MRP794781-7084,00.html>. Acesso em: 14 jan. 2009.
- HAMEL, Rainer Enrique. La política del lenguaje y el conflicto interétnico: problemas de investigación sociolingüística. In: ORLANDI, Eni (org.). *Política lingüística na América Latina*. Campinas: Pontes, 1988. p. 44.
- IANNI, Octavio. *A sociedade global*. 12 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 95.
- LACERDA, Gustavo Biscaia de. *Modelos de relacionamentos interamericanos*. In: XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Associação Nacional de História –ANPUH, 2007. Disponível em: <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Gustavo%20Biscaia%20de%20Lacerda.pdf>. Acesso: 21 nov. 2008.
- LODARES, Juan Ramón. Español S.A. In: *El País*, 19 jul 2004. Disponível em: <http://www.e-dazibao.com/principal/archivos/000006.html>. Acesso em: 17 mar. 2009.

⁶ Para mais informações sobre a proposta de troca da dívida externa brasileira por investimentos espanhóis na Educação: STOCK, Adriana. Lula vai reforçar ‘troca de dívida por educação’. In: *BBC Brasil.com*. 15 out. 2005. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2005/10/051014_adrianaespanha4cg.shtml. Acesso em: 10 set. 2008.

⁷ Segundo Ianni: “A desterritorialização manifesta-se tanto na esfera da economia como na da política e cultura. [...] formam-se estruturas de poder econômico, político, social e cultural internacionais, mundiais ou globais descentradas, sem qualquer localização nítida neste ou naquele lugar, região ou nação.” (2005, p. 95, grifo nosso)

MOIX, Llotzer. Cervantes: números e letras – a expansão da língua espanhola pelo mundo. In: *Jornal da Ciência e-mail*. SBPC, 2007. Disponível em: <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detailhe.jsp?id=43603>. Acesso em: 10 jul. 2008.

ORLANDI, Eni. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 6 ed.. Campinas: Pontes, 2005, p. 9.

STOCK, Adriana. Lula vai reforçar ‘troca de dívida por educação’. In: *BBC Brasil.com*. 15 out. 2005. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2005/10/051014_adrianaespanha4cg.shtml. Acesso em: 10 set. 2008.

TREVISAN, Leonardo. *Estado & Educação na história brasileira (1750/1900)*. São Paulo: Moraes, 1987. p.17.

VALLE, José del. *La lengua, ¿patria común? Ideas e ideologías del español*. Frankfurt/Madrid: Vervuert/Iberoamericana, 2007, pp. 34; 99.